



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638606 - SP (2021/0001390-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DANIEL TEREZA
ADVOGADO : DANIEL TEREZA - SP309228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELISEU DE ALMEIDA SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELISEU DE ALMEIDA SOARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2246762-61.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre pena de "44 anos, 7 meses e 19 dias de reclusão em regime inicial fechado, pela prática de homicídio duplamente qualificado e latrocínio" (fl. 89).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, por entender que o termo inicial para progressão de regime é "a data em que o sentenciado atingiu o lapso para a progressão ao regime intermediário", sendo inadequada sua fixação com fundamento no exame criminológico.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que "o Juízo considere como data base para a progressão ao regime aberto a data de 27/07/2015 (lapso para o semiaberto), último requisito preenchido, considerando correto o primeiro cálculo de penas homologado nos autos, considerando ainda como lapso para o regime aberto a data de 04/09/2019" (fl. 9).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, mormente na espécie, em que o pleito não se reveste de plausibilidade consoante a jurisprudência do STJ. Confirmam-se:

3. Sendo determinada a realização de exame criminológico, reputa-se preenchido o requisito subjetivo no momento da realização do exame favorável ao paciente, razão pela qual deve ser considerado como data-base para nova progressão, mesmo estando o requisito objetivo preenchido em momento anterior. Caso dos autos. Precedente: HC 414.156/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017. (AgRg no HC n. 620.573/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 7/12/2020.)

V - Portanto, a data-base para verificação da implementação dos requisitos objetivo e subjetivo, previstos no art. 112 da Lei n. 7.210/84, deverá ser definida de forma casuística, fixando-se como termo inicial o momento em que preenchido o último requisito pendente, seja ele o objetivo ou o subjetivo.

VI - *In casu*, ante a determinação de realização de exame criminológico, o requisito subjetivo somente restou implementado no momento da realização do exame favorável ao paciente, razão pela qual deve ser considerado como data-base para nova progressão, mesmo estando o requisito objetivo preenchido em momento anterior. (HC n. 414.156/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 29/11/2017.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente